

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

**Demonstrações financeiras
consolidadas preparadas de acordo
com as normas internacionais de
contabilidade - IFRS
31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas	4
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultado	10
Demonstrações do resultado abrangente	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	14

Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, cujo lucro no exercício foi de R\$ 156.917 (R\$ 46.058 em 31 de dezembro de 2020), os ativos totais, R\$ 7.772.378 (R\$ 7.782.167 em 31 de dezembro de 2020) e a carteira de empréstimos e recebíveis de clientes R\$ 3.067.747 (R\$ 2.850.707 em 31 de dezembro de 2020).

Permanecemos à disposição de V.Sas, para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que, todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 09 de maio de 2022



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjuntos 101, 201, 301 e 401,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas do
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas no valor recuperável

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3b, 3c e 8g, para fins de mensuração da provisão para perdas no valor recuperável, as operações de crédito e câmbio são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores. A determinação do risco de crédito de uma operação é utilizada para a sua classificação em um dos estágios de deterioração de crédito. A partir dessa classificação, a perda esperada é determinada para cada estágio (perdas esperadas para doze meses ou para a vida da operação). A provisão para perdas no valor recuperável é determinada com base em uma variedade de fatores: os valores em exposição, a qualidade do crédito do devedor, o nível de subordinação de suas obrigações e garantias, o ambiente econômico e a correlação entre devedores, sendo definida em termos dos conceitos de probabilidade de inadimplência (PD), perda dada a inadimplência (LGD) e exposição na data da inadimplência (EAD). Devido à relevância das operações de crédito e às incertezas, inerentes à determinação da estimativa da provisão para perdas no valor recuperável e a complexidade dos métodos e premissas utilizados, bem como ao julgamento envolvido na sua determinação, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, às metodologias internas de avaliação dos níveis de risco (“ratings”) dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas na determinação da provisão para perdas no valor recuperável. Efetuamos o envolvimento dos especialistas que realizaram a análise metodológica e recálculo relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas no valor recuperável, conforme requerido pelo IFRS 9. Avaliamos ainda se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos aceitável a mensuração da provisão para perdas no valor recuperável, no contexto das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo avaliação das estruturas de hedge contábil

Conforme notas explicativas nº 3.b e 6, o Banco realiza operações com instrumentos financeiros derivativos visando à proteção das variações de preços de mercado e mitigação de riscos de moedas estrangeiras e de taxas de juros de seus ativos e passivos e fluxos de caixa contratados. Esses instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Swap, *Non Deliverable Forward* (NDF) e Futuros. A metodologia de marcação a mercado desses instrumentos financeiros derivativos foi estabelecida com base em critérios consistentes e verificáveis que levam em consideração o preço de fechamento, ou de ajuste, quando for o caso, no dia da apuração ou, na falta desse, por meio de modelos de precificação que traduzam o valor líquido provável de realização, ou ainda, o preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, a moeda ou indexador, e o risco de crédito associado à contraparte. Adicionalmente, o Banco possui contratos de Futuros, que foram realizados com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Essas operações foram designadas como derivativo de “hedge” e classificados em operações de “Hedge” de Risco de Mercado ou “Hedge” de Fluxo de Caixa. As operações designadas para “hedge” são mensuradas a valor de mercado. A mensuração a valor justo tanto dos derivativos como do item objeto de “hedge” devem atender aos critérios para registro e avaliação contábil de instrumentos financeiros derivativos, além de políticas e controles para garantir a sua efetividade. Devido à incerteza sobre as premissas e estimativas envolvidas para precificação dos instrumentos financeiros derivativos e para mensuração a valor de mercado do item objeto de “hedge”, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Como parte dos nossos procedimentos, avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave adotados pelo Banco para mensuração do valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo os derivativos destinados a “hedge”, e dos itens objeto de “hedge”. Com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, testamos os modelos desenvolvidos pelos profissionais do Banco para a determinação dos valores justos e a razoabilidade dos critérios para definição dos parâmetros e das informações incluídas nos modelos de precificação utilizados, recalculamos o valor das operações e comparamos as premissas usadas para determinação do valor justo com operações similares no mercado. Ainda, com o auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, obtivemos o entendimento das estratégias de proteção adotadas pelo Banco, incluindo aquelas relacionadas a contabilidade de hedge para preservar o spread das aplicações, depósitos interfinanceiros e operações de repasse. Avaliamos a suficiência da documentação preparada pelo Banco que suporta a designação como contabilidade de “hedge”, especificamente as designações formais contendo as descrições de todas as estratégias e metodologias utilizadas para mensuração da efetividade. Adicionalmente, analisamos se as informações apresentadas em notas explicativas atendem a todos os requisitos de divulgação determinados pelas normas vigentes.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima summarizados, consideramos aceitável a mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, incluindo os derivativos destinados a “hedge”, e dos itens objeto de “hedge”, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

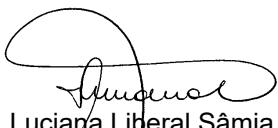
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho, de auditoria de grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 09 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-027685/O-0 'F' SP


Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	2021	2020		Notas	2021	2020
Ativo				Passivo			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.541.807	2.297.818	Passivos financeiros			
Depósitos vinculados ao Banco Central	5	3.015	2.646	Ao valor justo no resultado		<u>196.196</u>	<u>479.625</u>
Ativos financeiros				Instrumentos financeiros derivativos			
<i>Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</i>				<i>Obrigações por empréstimos e repasses</i>			
		<u>1.647.780</u>	<u>1.846.371</u>		6	37.382	41.285
Títulos e valores mobiliários	7	1.647.780	1.846.371		12b	158.814	438.340
Ao custo amortizado		<u>4.378.582</u>	<u>3.561.069</u>	Ao custo amortizado			
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8a	783.676	714.074	<i>Depósitos de clientes</i>			
Títulos e valores mobiliários	8b	530.666	-	<i>Obrigações por empréstimos e repasses</i>			
Empréstimos e recebíveis de clientes	8c	3.067.747	2.850.707		12	1.671.795	2.303.525
Provisão para perdas de crédito esperadas	8f	(3.507)	(3.712)		12b	3.574.951	2.935.246
Outros ativos		<u>77.388</u>	<u>38.033</u>	Outros Passivos			
Devedores por depósitos em garantia	13	14.887	15.894	<i>Relações interdependências</i>			
Tributos a compensar	15f	18.183	14.137	<i>Tributos a recolher</i>			
Outros ativos	9	44.318	8.002	<i>Passivo fiscal diferido</i>			
Ativos fiscais		<u>104.207</u>	<u>22.410</u>	<i>Outras obrigações</i>			
Ativo fiscal diferido	15c	-	2.588	<i>Passivos contingentes</i>			
Demais créditos tributários diferidos	15d	104.207	19.822		13	32.343	64.538
Ativos tangíveis	10	15.728	9.634	Patrimônio líquido			
Ativos intangíveis	11	3.871	4.186	<i>Capital social - País</i>			
Total do ativo		<u>7.772.378</u>	<u>7.782.167</u>	<i>Capital social - Exterior</i>			
				<i>Reservas de lucros</i>			
				<i>Ajustes de avaliação patrimonial</i>			
				<i>Ajustes passivos atuariais</i>			
				<i>Ganhos e Perdas - Hedge</i>			
				Total do passivo e patrimônio líquido			
						<u>7.772.378</u>	<u>7.782.167</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Notas	2021	2020
Receitas de juros calculada pelo método de juros efetivos	16	295.825	385.484
Outras receitas de juros	17	105.878	73.285
Despesas com juros e similares	18	(522.836)	(868.463)
Resultado líquido de juros e similares		(121.133)	(409.694)
 Resultado líquido de comissões		 45.546	 41.436
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	19	48.331	44.417
Despesa com comissões	19	(2.785)	(2.981)
 Outras receitas (despesas) operacionais		 309.008	 464.909
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	20	184.757	217.982
Variações cambiais (líquidas)	21	232.235	368.490
Provisão por redução ao valor recuperável	8e	(2.159)	(2.001)
Despesas com pessoal	22	(80.850)	(72.100)
Despesas administrativas	23	(44.723)	(37.143)
Despesas tributárias	24	(14.645)	(11.439)
Depreciações e amortizações		(4.511)	(4.740)
Outras receitas operacionais	25	47.628	11.875
Outras despesas operacionais	26	(8.724)	(6.015)
 Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		 233.421	 96.651
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(61.989)	(30.110)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		(14.515)	(20.483)
Lucro líquido dos exercícios atribuídos ao controlador		156.917	46.058
 Quantidade de ações		 1.559.699	 1.559.699
 Lucro por lote de mil ações		 100,61	 29,53

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Lucro líquido dos exercícios	156.917	46.058
Resultado abrangente que será reclassificado para lucro líquido:	<u>1.266</u>	<u>8.113</u>
Variação de valor justo	2.302	14.751
Impostos diferidos	(1.036)	(6.638)
Resultado abrangente que não será reclassificado para lucro líquido:		
Planos de Benefícios Definidos	<u>(47.193)</u>	<u>1.263</u>
Variação de valor justo	(85.805)	2.296
Impostos diferidos	38.612	(1.033)
Lucro líquido abrangente	<u>110.990</u>	<u>55.434</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Notas	Capital realizado	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes				Ajuste variação cambial	Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Próprios	Ganhos e perdas - Hedge	Ajustes passivos atuariais	Investimentos no Exterior				
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.559.699	13.593	215.116	(13)	2.030	(12.132)	9.834	-	-	1.788.127	
Ganhos ou perdas de hedge	-	-	-	-	(6.000)	-	-	-	-	(6.000)	
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	3.312	-	-	-	-	-	3.312	
Ajuste - passivos atuariais	-	-	-	-	-	1.263	-	-	-	1.263	
Ajuste variação cambial Investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	10.801	-	-	10.801	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	46.058	46.058	
Destinações:	-	2.274	43.755	-	-	-	-	-	(46.058)	(29)	
Reserva legal	-	2.274	-	-	-	-	-	-	(2.303)	(29)	
Reserva estatutária	-	-	43.755	-	-	-	-	-	(43.755)	-	
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.559.699	15.867	258.871	3.299	(3.970)	(10.869)	20.635	-	-	1.843.532	
Mutações do exercício	-	2.274	43.755	3.312	(6.000)	1.263	10.801	-	-	55.405	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.559.699	15.867	258.871	3.299	(3.970)	(10.869)	20.635	-	-	1.843.532	
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	-	-	-	(4.292)	(47.193)	-	331	-	-	(51.154)	
Ajuste - passivos atuariais	-	-	-	-	-	1.266	-	-	-	1.266	
Ajuste variação cambial Investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	3.612	-	-	3.612	
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	156.917	156.917	
Destinações:	-	7.846	149.071	-	-	-	-	-	(156.917)	-	
Reserva legal	-	7.846	-	-	-	-	-	-	(7.846)	-	
Reserva estatutária	-	-	149.071	-	-	-	-	-	(149.071)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.559.699	23.713	407.942	(993)	(51.163)	(9.603)	24.578	-	-	1.954.173	
Mutações do exercício	-	7.846	149.071	(4.292)	(47.193)	1.266	3.943	-	-	110.641	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020
Fluxo de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido dos exercícios	156.917	46.058
Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:		
Depreciações e Amortizações	8.822	4.740
Provisão para redução ao valor recuperável	(205)	674
Ganhos ou Perdas de Hedge	-	(6.000)
Ajuste ao valor de mercado - TVM e derivativos	(51.154)	3.312
Ajuste passivos atuariais	1.266	1.263
Ajuste variação cambial investimentos no exterior	3.612	10.801
Lucro líquido antes das mudanças no capital de giro	119.258	60.848
Variações em:		
Depósitos vinculados ao Banco Central	(369)	(896)
Instrumentos financeiros derivativos	(3.903)	(77.882)
Títulos e valores mobiliários	(332.075)	561.915
Aplicações em depósitos interfinanceiros	(69.602)	(11.348)
Empréstimos e recebíveis de clientes	(217.040)	(1.113.314)
Devedores por depósitos em garantia	1.007	884
Tributos a compensar	(4.046)	868
Outros ativos	(36.316)	(770)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(81.797)	6.436
Depósitos de clientes	(631.730)	79.722
Provisões	(32.195)	7.683
Relações interdependências	27.828	4.609
Tributos a recolher	33.174	3.183
Demais impostos diferidos	55.493	12.911
Outras obrigações	70.724	2.069
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais	(1.101.589)	(463.082)
Fluxos de caixa das atividades de investimento:		
Alienação/aquisição de ativos tangíveis	(13.633)	(1.251)
Aplicações em ativos intangíveis	(968)	(1.041)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento	(14.601)	(2.292)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento:		
Obrigações por empréstimos e repasses	360.179	962.283
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	360.179	962.283
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(756.011)</u>	<u>496.909</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.297.818	1.800.909
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.541.807	2.297.818
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(756.011)	496.909

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Valores expressos em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (“Banco”) está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio e de investimento. O Banco é subsidiária integral de nossa casa matriz, SMBC Tóquio - Japão.

O consolidado IFRS Banco Sumitomo (“SMBCB” ou “Consolidado”) é composto pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A e pelo SMBCB Onshore Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior (“SMBCB Onshore”), no qual o Banco é cotista exclusivo.

2 Bases de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRIC”).

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 09 de maio de 2022.

b. Uso de estimativas e julgamentos

No processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração exerceu o melhor de seu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nestas demonstrações:

Continuidade

A Administração avaliou a capacidade do SMBCB em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando e, desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando este princípio.

Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial ou foi derivado de preços cotados em mercado ativo ou determinados utilizando-se modelos matemáticos para precificação.

Mensuração das provisões para perdas esperadas

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significativos sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito.

São necessários vários julgamentos significativos na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

Impostos diferidos

Impostos diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias e diferenças temporárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuro

- **IFRS 17 – Contratos de Seguro:** o pronunciamento substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguro. Apresenta três abordagens para avaliação dos contratos de seguros:
 - Modelo Padrão: aplicável a todos os contratos, principalmente aos contratos de longo prazo;
 - *Premium Allocation Approach (PAA)*: aplicável aos contratos com duração de até 12 meses e com fluxos de caixa pouco complexos. É mais simplificada que o modelo padrão, porém pode ser utilizada somente quando produz resultados semelhantes ao que seriam obtidos se fosse utilizado o modelo padrão;
 - *Variable Fee Approach*: abordagem específica aos contratos com participação no resultado dos investimentos.

Os contratos de seguro devem ser reconhecidos por meio da análise de quatro componentes:

- Fluxos de Caixa Futuros Esperados: estimativa de todos os componentes do fluxo de caixa do contrato, considerando entradas e saídas de recursos;
- Ajuste ao Risco: estimativa da compensação requerida pelos desvios que podem ocorrer entre os fluxos de caixa;
- Margem Contratual: diferença entre quaisquer valores recebidos antes do início de cobertura do contrato e o valor presente dos fluxos de caixa estimados no início do contrato;
- Desconto: fluxos de caixa projetados devem ser descontados a valor presente, de modo a refletir o valor do dinheiro no tempo, por taxas que reflitam as características dos respectivos fluxos.

Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. Os possíveis impactos decorrentes da adoção desta norma estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

- **Alteração ao IAS 16 – Ativo Imobilizado:** em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IAS 37 – Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes:** em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- **Alteração ao IFRS 3 – Combinação de Negócios:** emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.
- **Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020:** em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
 - IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
 - IFRS 16 – Arrendamentos: alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros: simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

- **Alterações ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** uma das alterações tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. Outra alteração foi realizada para requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- **Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro:** requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

3 Principais práticas contábeis

a. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

O resultado e a posição financeira do SMBCB estão expressos em Reais, sendo a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Diferenças Cambiais (Líquidas)” nas demonstrações de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas nas demonstrações de resultado como “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com o IAS 21.

b. Instrumentos financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do SMBCB são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

(i) Reconhecimento inicial

Data de reconhecimento

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SMBCB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SMBCB.

Mensuração inicial dos instrumentos financeiros

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo SMBCB no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

(ii) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

a. Avaliação do modelo de negócio

O SMBCB classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

O SMBCB classifica e mensura sua carteira de negociação e seus instrumentos derivativos em VJR.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação e instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo é aplicada.

b. Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”)

Como um segundo passo do processo de classificação, o SMBCB avalia os termos contratuais dos ativos financeiros para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o SMBCB realiza julgamento e considera fatores relevantes, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo básico não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em “Receitas com juros”, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Itens ao valor justo através do resultado compreende itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do SMBCB é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes - instrumentos de patrimônio

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SMBCB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo SMBCB em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes - instrumentos de dívida

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3 (c).

(iii) Hierarquia do valor justo

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

- **Nível 1:** Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.
- **Nível 2:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.
- **Nível 3:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

(iv) Reclassificação de instrumentos financeiros

O SMBCB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que inicie, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

(v) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento devido às modificações substanciais em termos e condições contratuais

O SMBCB desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o SMBCB reconhece um ganho ou perda de modificação.

Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SMBCB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o SMBCB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo Grupo quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

c. Redução ao valor recuperável

Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SMBCB registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras consolidadas.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros.

O SMBCB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações contábeis, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Baseado no processo acima, o SMBCB distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

- **Estágio 1:** quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o SMBCB reconhece uma provisão baseada em PE de 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.
- **Estágio 2:** quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SMBCB registra uma provisão para PE Vida. Estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.
- **Estágio 3:** instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O SMBCB registra uma provisão para PE Vida.

(i) *Cálculo das perdas esperadas*

O SMBCB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default - PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default - EAD*): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.
- Perda dada a inadimplência (*loss given default - LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso da inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o SMBCB tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- **Estágio 1:** O SMBCB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.
- **Estágio 2:** Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SMBCB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.
- **Estágio 3:** para operações consideradas com problemas de recuperação, o SMBCB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.
- **Limites de crédito:** ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SMBCB estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida. A PE é então baseada no valor presente da insuficiência de fluxos de caixa se o limite for utilizado. A insuficiência de caixa esperada é descontada a valor presente.

(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros no balanço patrimonial, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, um valor igual ao da provisão que seria originada caso os ativos fossem mensurados ao custo amortizado é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desconhecimento dos ativos.

d. Operações compromissadas

Compras de ativos financeiros com base em um contrato de revenda não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial como financiamento concedido, com base na natureza do devedor, sob a rubrica “Aplicações em operações compromissadas”.

e. Ativos tangíveis

Ativos tangíveis inclui sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade do Banco, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “outras despesas administrativas”.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para sistemas de processamento de dados, e 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso.

O Banco avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

f. Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis representam ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Banco o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelo Banco. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais o Banco considere provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados pelo prazo de licenças desses softwares.

g. Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores, ao elaborar suas demonstrações financeiras consolidadas, efetuam uma distinção entre:

- **Provisões:** saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.
- **Obrigações legais:** derivam de obrigações legal ou contratualmente estabelecidas, oriundas de eventos passados, substancialmente representados por obrigações tributárias cuja legalidade e a constitucionalidade das leis que as constituiram estão sendo contestados judicialmente.
- **Passivos contingentes:** possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Banco. Incluem as obrigações presentes do Banco, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.
- **Ativos contingentes:** ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Banco. Ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras consolidadas do SMBCB incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do período. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

h. Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

(i) Receitas e despesas com juros

As receitas e despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

(ii) Receita de dividendos

Os dividendos recebidos de investimentos não considerados como sociedades coligadas ou controladas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los for originado para o Banco (deliberação do Conselho de Administração).

(iii) Comissões e itens similares

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas no resultado quando pagas;
- As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;
- As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros onde a ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar.

i. Impostos sobre a renda

A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 mil no exercício, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social apurada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor (Lei 14.183/2021) foi de 20% de janeiro a junho e 25% de julho a dezembro/21 (20% para todo o exercício de 2020).

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do SMBCB está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários é de 10 (dez) anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporariamente indedutíveis, compostas por provisão para perdas esperadas e valor justo de instrumentos financeiros.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa de Imposto sobre a renda é reconhecida na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal será reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como: valores a pagar ou a recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que o SMBCB terá lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

j. Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro, se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, entre outros.

Garantias financeiras, independentemente do avalista ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução no valor recuperável de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado.

k. Plano de benefícios a funcionários

O plano de benefícios pós-empregado compreende o compromisso assumido pelo SMBCB de complemento dos benefícios do sistema de previdência.

Plano de Benefício Definido

Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

É realizado o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido ("Outros Resultados Abrangentes").

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

l. Demonstração dos fluxos de caixa

Os termos, a seguir, são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.
- **Fluxos de caixa:** são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.
- **Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de receita de uma entidade e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.
- **Atividades de investimento:** são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

- **Atividades de financiamento:** são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento da entidade.

m. Incerteza sobre tratamentos de Impostos sobre o Lucro

Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do IAS 12 - Tributos sobre a Renda quando há incerteza sobre a aceitação dos tratamentos de impostos sobre o lucro pela autoridade tributária.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Disponibilidades		
Disponibilidades em moeda nacional	40.191	30.906
Disponibilidades em moeda estrangeira	555.105	88.233
Aplicações interfinanceiras de liquidez		
Aplicações no mercado aberto	910.312	2.142.099
Aplicações em depósitos interfinanceiros	36.198	-
Aplicações em moedas estrangeiras	<u>1</u>	<u>36.580</u>
	<u><u>1.541.807</u></u>	<u><u>2.297.818</u></u>

A nota explicativa nº 30 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento das aplicações interfinanceiras citadas acima.

5 Depósitos vinculados ao Banco Central

	2021	2020
Depósitos vinculados ao Banco Central	<u>3.015</u>	<u>2.646</u>
	<u><u>3.015</u></u>	<u><u>2.646</u></u>

6 Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo)

Os instrumentos derivativos, compostos de operações de Swap, *Non Deliverable Forward* – NDF e Futuros, encontram-se custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão.

a. Composição dos instrumentos financeiros derivativos

	2021		2020	
	Valor a Receber	Valor a Pagar	Valor Referencial do Contrato	Valor Referencial do Contrato
Operações de SWAP				
CDI X PRE	-	321	499	1.319
PRE x CDI	2.268	-	83.800	191.200
PRE x DOLAR	(796)	42.798	685.774	-
CDI x DOLAR	11.535	24.193	1.348.575	437.348
DOLAR x CDI	-	-	-	431.160
Operações de NDF				
PRE x DOLAR	8.369	29.263	212.858	145.185
DOLAR x PRE	40.849	5.888	289.806	737.452
PRE x EURO	10	-	59	7.080
PRE x IENE	2.935	-	1.885.697	2.379.426
EURO x PRE	-	-	-	3.500
Credit value adjustment (CVA)				
CVA	<u>(89)</u>	-	-	-
Total	<u>65.081</u>	<u>102.463</u>	<u>4.507.068</u>	<u>4.333.670</u>

b. Composição do valor nominal por vencimento

	2021			2020	
	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
Operações de SWAP					
CDI x PRE	178	322	-	500	1.319
PRE x CDI	7.200	76.600	-	83.800	191.200
CDI x LIBOR	-	-	-	-	-
PRE x DOLAR	41.416	420.653	223.705	685.774	437.348
CDI x DOLAR	72.000	308.325	968.249	1.348.574	431.160
Operações de NDF					
PRE x DOLAR	130.907	81.951	-	212.858	145.185
DOLAR x PRE	80.583	163.039	46.184	289.806	737.452
PRE x EURO	59	-	-	59	7.080
PRE x IENE	875.697	1.010.000	-	1.885.697	2.379.426
EURO x PRE	-	-	-	-	3.500
Total	<u>1.208.040</u>	<u>2.060.890</u>	<u>1.238.138</u>	<u>4.507.068</u>	<u>4.333.670</u>

c. Comparação do valor nominal por local de negociação

	2021		2020	
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor Nominal
Swaps				
NDF	499	2.118.149	2.118.648	1.061.027
	-	2.388.420	2.388.420	3.272.643
Total	499	4.506.569	4.507.068	4.333.670

d. Comparação entre valor de custo e o valor de mercado

	2021		2020	
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
Ativo (receber)				
Operações de SWAP	16.088	13.007	32.080	
Operações de NDF	43.486	52.163	94.331	
Credit value adjustment (CVA)				
CVA	-	(89)	-	-
Passivo (pagar)				
Operações de SWAP	(65.174)	(67.312)	(10.030)	
Operações de NDF	(44.624)	(35.151)	(157.666)	
Total	(50.224)	(37.382)	(41.285)	

e. Hedge contábil

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o SMBCB possuia operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Tais operações foram designadas como *hedge* contábil e foram segregados entre:

- **Hedge de risco de mercado** – destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor de mercado do item objeto de “*hedge*” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período.
- **Hedge de fluxo de caixa** – destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários. Os respectivos itens objeto de “*hedge*” são ajustados pelo valor de mercado na data do balanço.

Foi procedida avaliação a valor de mercado da captação em moeda estrangeira com operações de futuros, designadas instrumentos de “*hedge*”, em conformidade com a Circular BACEN nº 3.082/02. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o SMBCB não possuia operações de Swap como instrumento de “*hedge*”.

e.1 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – Hedge de risco de mercado

Vencimentos - Valor Mercado – 2021					
Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Futuros	Cupom Cambial	<u>476.967</u>	_____ -	_____ -	<u>476.967</u>
Total		<u>476.967</u>	<u>_____ -</u>	<u>_____ -</u>	<u>476.967</u>
				2021	2020
Itens Objeto de “hedge”					
Passivo					
Operações de repasse					
Valor atualizado pelas condições pactuadas			(157.715)	(428.271)	
Valor do ajuste			1.099	10.069	
Valor de mercado			<u>(158.814)</u>	<u>(438.340)</u>	
Total Valor a mercado Objeto de “hedge”			<u>(158.814)</u>	<u>(438.340)</u>	
Instrumentos de “hedge” a mercado					
Ativo					
Futuros			<u>476.967</u>	<u>438.763</u>	
Total Valor a mercado Instrumento de “hedge”			<u>476.967</u>	<u>438.763</u>	

e.2 Avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – Hedge de fluxo de caixa

Vencimentos - Valor Mercado – 2021					
Descrição	Indexador	Até 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Total
Futuros	Cupom Cambial	<u>934.258</u>	<u>342.630</u>	<u>349.322</u>	<u>1.626.210</u>
Total		<u>934.258</u>	<u>342.630</u>	<u>349.322</u>	<u>1.626.210</u>
				2021	2020
Itens Objeto de “hedge”					
Passivo					
Operações de repasse					
Valor atualizado pelas condições pactuadas			(2.048.602)	(1.330.702)	
Instrumentos de “hedge”					
Ativo					
Futuros			<u>1.626.210</u>	<u>1.346.502</u>	
Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa			<u>(51.163)</u>	<u>(3.970)</u>	

7 Ativos financeiros ao valor justo

a. Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Composição

	Estágio 1	
	2021	2020
Carteira própria:		
Instrumento de dívida:		
Títulos públicos	1.647.480	1.682.029
Títulos privados	-	163.704
Instrumento de patrimônio:		
Cotas de fundos de investimentos	300	638
	<u>1.647.780</u>	<u>1.846.371</u>

A nota explicativa nº 30 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento dos ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Segregação por hierarquia de valor justo

	2021		2020	
	Nível 1	Nível 2	Nível 1	Nível 2
Carteira própria:				
Instrumento de dívida:				
Letras Financeiras do Tesouro	1.112.209	-	1.236.517	-
Notas do Tesouro Nacional - Série F	-	-	52	-
Debêntures	-	-	-	163.704
Instrumento de patrimônio:				
Cotas de fundos de investimentos:				
Cotas de fundos de participação – FIP	-	300	-	638
Instrumento de dívida:				
Vinculados à prestação de garantias:				
Letras Financeiras do Tesouro	<u>535.271</u>	<u>-</u>	<u>445.460</u>	<u>-</u>
	<u>1.647.480</u>	<u>300</u>	<u>1.682.029</u>	<u>164.342</u>

Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC).

8 Ativos financeiros ao custo amortizado

a. Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Nível 1	
	2021	2020
Aplicações em depósitos interfinanceiros		
Não ligadas	<u>783.676</u>	<u>714.074</u>
	<u>783.676</u>	<u>714.074</u>

A nota explicativa nº 30 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento das aplicações em depósitos interfinanceiros e moedas estrangeiras.

b. Títulos e valores mobiliários

	Nível 2	
	2021	2020
Instrumento de dívida		
Debêntures	<u>530.666</u>	<u>-</u>
	<u>530.666</u>	<u>-</u>

A nota explicativa nº 30 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento das aplicações em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.

c. Empréstimos e recebíveis de clientes

	2021	2020
Descrição		
Repasso moeda estrangeira	184.951	328.540
Comprar	6	12.002
Capital de giro	1.324.904	1.518.848
Notas de Créditos para Exportação - NCE	178.458	261.538
Repasses interfinanceiros	535.121	435.322
Adiantamento sobre contratos de câmbio	841.446	292.337
Rendas a receber sobre adiantamentos	<u>2.861</u>	<u>2.120</u>
	<u>3.067.747</u>	<u>2.850.707</u>

d. Por vencimento

	2021	2020
A vencer:		
Até 30 dias	177.200	290.371
De 31 a 60 dias	85.738	81.168
De 61 a 90 dias	529.010	343.021
De 91 a 180 dias	775.886	282.856
De 181 a 360 dias	729.903	724.182
Acima de 360 dias	<u>770.010</u>	<u>1.129.109</u>
	<u>3.067.747</u>	<u>2.850.707</u>

A segregação por vencimento foi efetuada considerando-se as parcelas em aberto na data do balanço.

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 31 de dezembro de 2021 representam 89,49% da carteira de crédito (65,32% em 2020).

e. Por setor de atividade

	2021	2020
Setor privado:		
Indústria	1.091.164	1.332.068
Instituições Financeiras	535.121	435.322
Comércio	844.697	421.601
Outros serviços	337.775	398.043
Setor público:		
Federal	<u>258.990</u>	<u>263.673</u>
	<u><u>3.067.747</u></u>	<u><u>2.850.707</u></u>

f. Provisão para perdas de crédito esperadas

	Saldos em 31/12/2021			
	Estágios			
	1	2	3	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Provisão para perdas esperadas				
Títulos e valores mobiliários	(1.331)	-	-	(1.331)
Empréstimos e recebíveis de clientes	(2.173)	(3)	-	(2.176)
Garantias financeiras prestadas (nota explicativa nº 14b)	<u>(2.514)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.514)</u>
Total	<u><u>(6.018)</u></u>	<u><u>(3)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(6.021)</u></u>

	Saldos em 31/12/2020			
	Estágios			
	1	2	3	Total
Ativos financeiros ao custo amortizado				
Provisão para perdas esperadas				
Empréstimos e recebíveis de clientes	(3.712)	-	-	(3.712)
Total	<u><u>(3.712)</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(3.712)</u></u>

O SMBCB não apresentou provisão para perdas de crédito esperadas dos instrumentos classificados como VJORA em 2021 e 2020.

g. Metodologia de cálculo da perda esperada com a carteira de empréstimos e recebíveis de clientes

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SMBCB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do SMBCB (nota explicativa nº 3 (c)).

Alocação em estágios

Conforme descrito na nota explicativa 3 (c), o SMBCB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), de acordo com seu nível de deterioração de risco de crédito. Para realizar essa distribuição, as seguintes premissas são consideradas:

(i) Aumento significativo no risco de crédito

O SMBCB monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o SMBCB avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O SMBC considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (classificação em Estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou tiver elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) em 3 p.p.

(ii) Definição de inadimplência e “cura”

O SMBCB considera como um instrumento financeiro inadimplente e, consequentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todas as operações que se encontram vencidas há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais ou que tenham como contraparte clientes com classificação interna de risco de crédito (*Obligor Grade*) que indique sérias dificuldades de negócios e recuperação improvável (vide nota 30 (v) – Gerenciamento de Riscos – Risco de Crédito para descrição sobre a metodologia do SMBC para classificação de seus clientes de acordo com sua qualidade de crédito).

Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o SMBCB as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

O SMBCB considera que o instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de “cura”) quando a contraparte (pessoa física ou jurídica) não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 6 meses.

Avaliação e mensuração da redução ao valor recuperável

O SMBC considera os seguintes elementos na avaliação e mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas.

- (i) *Probabilidade de inadimplência (probability of default - PD)*
O SMBCB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente (vide nota 30 (v) – Gerenciamento de Riscos – Risco de Crédito para descrição sobre a metodologia do SMBC para classificação de seus clientes de acordo com sua qualidade de crédito).
- (ii) *Perda em caso de inadimplência (LGD)*
A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.
- (iii) *Informações prospectivas (visão forward looking)*
Nos modelos de PE, o SMBCB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo a taxa de endividamento das famílias (excluindo endividamento relacionado a crédito habitacional) a principal. O endividamento das famílias é um fator que impacta a performance econômica do país e, consequentemente, das empresas que aqui atuam (que representam a base de clientes do SMBCB).

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças na provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2021, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SMBC:

	PD	% relativo de variação
Estimativa base (35,39%)	0,187%	-
Endividamento das famílias (exceto crédito habitacional)		
Aumenta 1 p.p.	0,190%	2,087%
Diminui 1 p.p.	0,183%	-2,045%
Aumenta 5 p.p.	0,207%	10,881%
Diminui 5 p.p.	0,168%	-9,815%

- (iv) *Exposição no momento da inadimplência (EAD)*
A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados e garantias financeiras prestadas, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.

h. Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável

Ativos Financeiros ao Custo Amortizado

31 de dezembro de 2020 à 31 de dezembro de 2021				
Operações de Crédito				
Estágios 1-2-3	1	2	3	Total
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2021:	(3.712)	-	-	(3.712)
Movimentação:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	1	(3)	-	(2)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	(4.313)	-	-	(4.313)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.021)	-	-	(1.021)
Estorno de provisão de contratos liquidados/baixados	3.027	-	-	3.027
Total movimentação				
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2021	(6.018)	(3)	-	(6.021)
31 de dezembro de 2019 à 31 de dezembro de 2020				
Operações de Crédito				
Estágios 1-2-3	1	2	3	Total
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2019:	(3.038)	-	-	(3.038)
Movimentação:				
Novos ativos financeiros originados ou comprados	(2.409)	-	-	(2.409)
Estorno de provisão de contratos liquidados/baixados	1.735	-	-	1.735
Total movimentação				
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2020	(3.712)	-	-	(3.712)

9 Outros ativos

	2021	2020
Rendas a receber	122	1.638
Serviços prestados a receber	1.514	1.683
Adiantamentos a receber	-	325
Pagamentos a ressarcir	2	109
Despesas antecipadas	1.022	1.230
Materiais de consumo	83	72
Títulos patrimoniais	25	25
Direito sobre operações de câmbio, líquido	36.104	-
Outros	5.446	2.920
	44.318	8.002

10 Ativos tangíveis

a. Composição

	2021		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Móveis e equipamentos de uso (*)	20.672	(8.012)	12.660
Instalações	4.395	(3.740)	655
Sistema de processamento de dados	8.298	(6.118)	2.180
Sistema de comunicação	369	(215)	154
Sistema de segurança	302	(296)	6
Sistema de transportes	1.261	(1.188)	73
Saldos	35.297	(19.569)	15.728

	2020		
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Móveis e equipamentos de uso (*)	12.798	(5.543)	7.255
Instalações	4.394	(3.445)	949
Sistema de processamento de dados	6.852	(5.751)	1.101
Sistema de comunicação	369	(177)	192
Sistema de segurança	300	(294)	6
Sistema de transportes	1.261	(1.130)	131
Saldos	25.974	(16.340)	9.634

(*) Nesta linha estão sendo considerados os valores de Direito de Uso no montante de R\$ 19.009 e depreciação de R\$ 6.685, referentes à adoção do IFRS 16. A norma foi aplicada nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de transição prospectivo modificado, após análise do retorno do banco foi definida a taxa de desconto de 2,79% .

b. Movimentações

	2021	2020
Custo:		
Saldos no início do exercício	25.974	25.070
Adições (baixas) líquidas	9.323	904
Saldos no final do exercício	35.297	25.974
 Depreciação acumulada:	 2021	 2020
Saldos no início do exercício	(16.340)	(13.012)
Baixas	4.310	288
Depreciação líquida	(7.539)	(3.616)
Saldos no final do exercício	(19.569)	(16.340)

11 Ativos intangíveis

a. Composição

	2021		
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Desenvolvimentos de Tecnologia de Informação	14.457	(10.586)	3.871
Saldos	14.457	(10.586)	3.871
2020			
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
Desenvolvimentos de Tecnologia de Informação	13.489	(9.303)	4.186
	13.489	(9.303)	4.186

b. Movimentações

	2021	2020
Custo:		
Saldos no início do exercício	13.489	12.448
Adições (baixas) líquidas	968	1.041
Saldos no final do exercício	14.457	13.489
2021		
Amortização acumulada:		
Saldos no início do exercício	(9.303)	(8.209)
Amortização líquida	(1.283)	(1.094)
Saldos no final do exercício	(10.586)	(9.303)

12 Passivos financeiros

a. Depósitos de clientes

	2021	2020
Depósitos à vista	147.287	119.296
Depósitos a prazo	1.524.508	2.184.229
	1.671.795	2.303.525

Os valores de depósitos de clientes destacados no quadro acima estão pelo custo amortizado. A nota explicativa nº 30 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento dos depósitos de clientes.

b. Obrigações por empréstimos e repasses

	2021	2020
Passivos financeiros ao valor justo pelo resultado		
Obrigações por empréstimos no exterior	158.814	438.340
Passivo financeiro ao custo amortizado		
Obrigações por empréstimos no exterior	767.549	660.442
Obrigações por repasses no exterior	<u>2.807.402</u>	<u>2.274.804</u>
	<u><u>3.733.765</u></u>	<u><u>3.373.586</u></u>

A nota explicativa nº 30 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento das obrigações por empréstimos e repasses.

13 Passivos contingentes

	Provisões	Depósitos judiciais		
	2021	2020	2021	2020
Provisão para riscos fiscais:				
ISS - RJ (a)	-	-	4.043	3.930
ISS - SP (b)	15	-	54	612
IRPJ/CSLL Cetip (h)	-	-	-	-
Obrigações legais:				
Desmutualização Cetip (h)	103	101	-	-
PIS compensação (c)	-	3.189	-	-
PIS emenda constitucional (d)	1.007	774	-	-
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL (e)	9.674	9.518	9.674	9.518
Provisão para riscos:				
Cíveis (f)	12.403	39.099	-	-
Trabalhistas (g)	<u>9.141</u>	<u>11.857</u>	<u>1.116</u>	<u>1.834</u>
	<u><u>32.343</u></u>	<u><u>64.538</u></u>	<u><u>14.887</u></u>	<u><u>15.894</u></u>

- (a) O Banco possui processo fiscal relacionado a Imposto Sobre Serviços - Rio de Janeiro, no qual é cobrado imposto sobre comissões recebidas em operações de empréstimos e repasses originados de receitas registradas sobre a rubrica de rateio de resultados internos. O Banco obteve êxito no processo. Aguarda-se o levantamento do valor depositado judicialmente, cujo montante atualizado é de R\$ 4.043 (R\$3.931 em 2020).
- (b) Os depósitos judiciais se referem à processos em discussão relacionados a Imposto Sobre Serviços - São Paulo, basicamente, relativa aos serviços de operações de câmbio no período de 2001 a 2003 e garantias prestadas no ano de 2004. O SMBCB obteve êxito em um processo ainda existente e decisão desfavorável em outro processo. Foi realizado o provisionamento referente aos honorários sucumbenciais de R\$ 15 em 2021.

O depósito judicial requerido para andamento do processo na esfera jurídica, representa o montante de R\$ 54 (R\$ 612 em 2020). Houve trânsitos em julgado favoráveis ao banco cujos depósitos judiciais foram levantados nesse período.

- (c) Refere-se ao processo de compensação de créditos do Programa de Integração Social - PIS que vem sendo solicitada judicialmente relativa à glosa efetuada pela Receita Federal do Brasil de créditos compensados e não homologados. Os valores provisionados compreendem ao período de setembro de 2002 a outubro 2005. O valor da provisão foi revertido, tendo em vista a decisão favorável ao Banco (R\$ 3.189 em 2020).
- (d) Refere-se ao processo relativo ao PIS anterioridade EC17/97, o qual discute a constitucionalidade do tributo. A provisão foi revertida no decurso do processo em virtude do arquivamento do processo administrativo e futuro êxito prático no processo judicial. Em 2021, remanesce provisionado somente o valor referente aos honorários dos advogados relativos ao processo judicial, os quais serão atualizados e pagos por ocasião do término do processo, cujo montante atualizado é de R\$ 1.007 (R\$ 774 em 2020).
- (e) O Banco questiona a majoração de alíquotas de 18% para 31% referente ao ano de 1996 e a determinação da base de cálculo da contribuição social. Para fins de suspensão da exigibilidade do crédito tributário foi realizado o depósito judicial do valor discutido.

De acordo com a opinião dos consultores jurídicos a chance de perda relacionada a esta discussão judicial era possível. Desta forma, por decisão da administração, foi constituída provisão, relativa ao diferencial recolhido a menor em virtude das matérias em análise, cujo montante atualizado é de R\$9.674 (R\$9.518 em 2020). O processo em referência teve decisão favorável ao SMBCB, e assim que houver o deferimento para levantamento do depósito judicial, o banco também fará a reversão da provisão.

- (f) A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo. No mês de setembro de 2021, foi realizada revisão dos valores econômicos processuais consubstanciada na opinião de consultoria de peritos externos, onde a Administração decidiu pela reversão contábil do montante de R\$ 29.567, apurado naquele momento de verificação. Essa mudança de estimativa contábil impactou de forma relevante apenas esse exercício e vem sendo prospectivamente aplicada desde então. Essa mudança visa o aprimoramento na apuração da estimativa baseada em recentes decisões de instâncias jurídicas inferiores bem como em casos análogos, não representando em nenhum momento, correções de eventuais erros em estimativas passadas. O montante atualizado é de R\$ 12.403 (R\$ 39.099 em 2020).
- (g) A provisão refere-se à ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado é de R\$ 9.141 (R\$ 11.857 em 2020).
- (h) O Banco contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento que considera como perda provável sobre à desmutualização das ações da CETIP no montante de R\$ 103 (R\$ 101 2020).

14 Outros passivos

a. Relações interdependências

	2021	2020
Recursos em trânsito de terceiros	55.221	27.393
	<u>55.221</u>	<u>27.393</u>

b. Outras obrigações

	2021	2020
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	974	392
Sociais e estatutárias	5.767	3.374
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	17	18
Impostos e contribuições sobre salários	2.172	1.810
Demais impostos e contribuições	2.037	2.126
Negociação e intermediação de valores	72.084	1.155
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota explicativa nº 8f)	2.514	-
Provisões para pagamentos a efetuar		
Despesas de pessoal	22.916	20.157
Outras despesas administrativas	4.551	4.584
Outros pagamentos	30	-
Passivo de arrendamento (*)	12.539	7.033
Passivos autuariais	24.150	19.845
Obrigações líquidas de operações de câmbio	-	11.629
Outras	<u>2.293</u>	<u>3.018</u>
	<u><u>145.865</u></u>	<u><u>75.141</u></u>

(*) O SMBCB é arrendatário de imóveis para uso em suas operações, sendo reconhecido os arrendamentos com prazo maior de 12 meses e de valores substanciais.

c. Créditos tributários e passivos fiscais

Imposto de renda e contribuição social

	2021		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação e após participações	233.421	233.421	96.651	96.651
Reversão de provisões de passivos contingentes	(38.377)	(38.377)	-	-
Provisão de passivos contingentes	11.922	11.922	6.473	6.473
Provisão por redução ao valor recuperável	2.159	2.159	2.357	2.357
Provisões temporárias	2.603	2.603	6.167	6.167
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(16.657)	(16.657)	616	616
Ajuste a valor de mercado operações "hedge accounting"	(17.484)	(17.484)	6.660	6.660
Despesas não dedutíveis	8.369	945	3.345	922
Operações BM&F	(48.181)	(48.181)	(25.777)	(25.777)
Outras adições/(exclusões)	(395)	(395)	(315)	(315)
Compensação de prejuízos fiscais anteriores	(9.035)	(1.648)	(28.526)	(27.800)
 Lucro tributável	 128.345	 128.308	 67.651	 65.954
Encargo total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social proporcional à alíquota de 20%	32.062	32.077	16.889	13.191
Ajuste CSLL - proporcional de alíquota	-	(2.125)	-	513
Programa de Alimentação ao Trabalhador (PAT)	-	-	(399)	-
Lei Empresa Cidadã	(25)	-	(84)	-
 Despesa com impostos sobre a renda	 <u>32.037</u>	 <u>29.952</u>	 <u>16.406</u>	 <u>13.704</u>

Imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2020	(Realização)/ Constituição	31/12/2021
Movimentação de Crédito Tributário			
Prejuízo fiscal	1.344	(1.344)	-
Base Negativa CSLL	1.244	(1.244)	-
	<u>2.588</u>	<u>(2.588)</u>	<u>-</u>
 Movimentação de Crédito Tributário			
31/12/2019		(Realização)/ Constituição	31/12/2020
Prejuízo fiscal	8.476	(7.132)	1.344
Base Negativa CSLL	4.506	(3.262)	1.244
	<u>12.982</u>	<u>(10.394)</u>	<u>2.588</u>

d. Demais créditos tributários diferidos

Outros créditos tributários: O SMBCB possui ainda, créditos e obrigações fiscais diferidas no montante de R\$ 76.051 (R\$ 46.866 em 2020), que estão relacionados exclusivamente com os ajustes ao valor de mercado das operações com ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As regras de reconhecimento dos efeitos do exigível atuarial relacionados ao plano de aposentaria de benefícios definido e dos benefícios pós-emprego referentes ao Plano de Assistência Médica nos quais o SMBCB é patrocinador (conforme regra vigentes) também estão sendo considerados.

Existem ainda créditos tributários não ativados sobre provisões para contingências cíveis no montante de R\$ 5.581 (R\$ 26.030 em 2020) devido à incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

e. Tributos a recolher

	2021	2020
Imposto de renda e contribuição social	61.989	28.815
	<u>61.989</u>	<u>28.815</u>

f. Tributos a compensar

	2021	2020
Antecipações de IRPJ não compensados	11.062	9.173
Antecipações de CSLL não compensadas	6.667	4.645
IRRF a compensar	78	96
PIS a compensar	331	130
COFINS a compensar	34	70
CSLL a compensar	11	23
	<u>18.183</u>	<u>14.137</u>

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias, no valor de R\$1,00 cada uma, assim distribuídas:

	Quantidade de ações	
	2021	2020
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	1.559.697	1.559.697
Acionistas domiciliados no país	2	2
	<u>1.559.699</u>	<u>1.559.699</u>

b. Dividendos

De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2021 se optou pelo não provisionamento dos dividendos/juros sobre o capital próprio, sendo o valor do lucro do exercício alocado na reserva estatutária para desinflação futura.

c. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva Estatutária

A reserva estatutária corresponde à transferência de saldo de lucros acumulados após as destinações obrigatórias. O saldo remanescente no valor de R\$ 407.942 (R\$ 258.871 em 2020) será transferido para o exercício seguinte, ou terá a destinação que for proposta pela Diretoria, “ad referendum” da assembleia geral.

16 Receitas com juros calculados pelo método de juros efetivos

	2021	2020
Títulos e valores mobiliários	93.581	49.812
Empréstimos e adiantamentos a clientes	202.244	180.761
Outras	-	154.911
	<hr/> 295.825	<hr/> 385.484

17 Outras receitas de juros

	2021	2020
Títulos emprestados e operações compromissadas	105.878	73.285
	<hr/> 105.878	<hr/> 73.285

18 Despesas com juros e similares

	2021	2020
Depósitos de instituições financeiras	(415)	(826)
Depósitos de clientes	(77.345)	(49.573)
Títulos tomados em empréstimo e operações compromissadas	(451.536)	(813.429)
Dívida emitida e outros fundos tomados em empréstimo	6.460	(4.635)
	<hr/> (522.836)	<hr/> (868.463)

19 Receita líquida de comissões e prestação de serviços

	2021	2020
Receita líquida de comissões e prestação de serviços		
Taxas de administração de fundos	-	131
Intermediação em financiamentos	16.161	24.174
Rendas de garantias prestadas	28.653	20.092
Outras taxas recebidas	3.517	20
	<hr/> 48.331	<hr/> 44.417
Despesa com tarifas e comissões		
Taxas pagas	(2.785)	(2.981)
	<hr/> (2.785)	<hr/> (2.981)

20 Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros

	2021	2020
Receitas com operações de derivativos	6.564.959	(39.959)
Despesas com operações de derivativos	(6.380.202)	(143.647)
Resultado de ajuste a valor de mercado	-	401.588
	<hr/>	<hr/>
	184.757	217.982
	<hr/>	<hr/>

21 Variações cambiais (líquidas)

As variações cambiais mostram os ganhos ou as perdas nas negociações indexadas em moedas estrangeiras nas conversões para a moeda funcional do SMBCB.

22 Despesas com pessoal

	2021	2020
Salários	(53.009)	(49.879)
Custos previdenciários	(19.706)	(14.549)
Benefícios	(7.724)	(7.413)
Outras despesas de pessoal	(411)	(259)
	<hr/>	<hr/>
	(80.850)	(72.100)
	<hr/>	<hr/>

23 Despesas administrativas

	2021	2020
Imóveis, instalações e materiais	(6.712)	(3.130)
Tecnologia e sistemas	(22.605)	(16.920)
Comunicações	(8.665)	(7.369)
Relatórios técnicos	(5.445)	(5.266)
Serviços de terceiros	(721)	(1.025)
Viagens, transportes	(141)	(772)
Propaganda e publicidade	(195)	(168)
Outras despesas administrativas	(239)	(2.493)
	<hr/>	<hr/>
	(44.723)	(37.143)
	<hr/>	<hr/>

24 Despesas tributárias

	2021	2020
ISS / PIS / COFINS	(14.294)	(11.292)
Outros tributos	(351)	(147)
	<hr/>	<hr/>
	(14.645)	(11.439)
	<hr/>	<hr/>

25 Outras receitas operacionais

	2021	2020
Recuperação de encargos e despesas	1.281	2.943
Variações monetárias ativas	395	315
Reversão de prov. operacional	7.559	8.617
Reversão de prov. passivos contingentes	38.377	-
Outros	16	-
	47.628	11.875

26 Outras despesas operacionais

	2021	2020
Processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(6.183)	(5.533)
Multas indenizatórias	15	297
Despesa de arrendamentos	(197)	(225)
Outros	(2.359)	(554)
	(8.724)	(6.015)

27 Partes Relacionadas

a. Transações com controladores (diretas e indiretas)

Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

	Ativo / (passivo)		Receita / (despesa)	
	2021	2020	2021	2020
Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira	539.570	44.149	-	-
Aplicações em moeda estrangeira no exterior	-	36.580	(3.527)	75.354
Valores a receber - comissão por intermediação de negócios	4.393	2.819	9.337	11.076
Obrigações por empréstimos no exterior	(927.194)	(662.209)	-	(253.267)
Obrigações por repasses do exterior	(2.807.402)	(2.713.144)	(318.769)	(404.769)
Total	(3.190.634)	(3.291.805)	(312.959)	(571.606)

b. Remuneração do pessoal - chave da Administração

Foi definido como pessoal chave do SMBCB todos os membros que compõem sua Diretoria.

O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Na última reforma estatutária ocorrida em abril de 2019 foi fixado o valor mensal máximo global de R\$ 600 para remuneração dos diretores (proventos).

Benefícios de curto prazo a diretores

	2021	2020
Proventos	4.163	3.723
Remuneração variável	1.751	2.013
Contribuições ao INSS/FGTS	1.489	582
Total	7.403	6.318

Benefícios pós emprego

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram efetuados pelo SMBCB, empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares.

Os membros da Diretoria não possuíam qualquer participação acionária no SMBCB.

28 Benefícios pós-emprego patrocinados

O exigível atuarial do SMBCB foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir.

O IAS 19 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção da referida Norma se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (*déficit* atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

a. Plano de Aposentadoria

O SMBCB é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo “benefício definido”. No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento.

Em 31 de dezembro de 2021, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

Descrição	Plano de Aposentadoria	
	2021	2020
Valor presente das obrigações atuariais	37.565	42.920
Valor justo dos ativos do plano	(32.749)	(37.054)
Déficit/ (Superávit) para planos cobertos	4.816	5.866
 Ajustes por diferimentos permitidos		
Passivo (ativo) atuarial líquido	4.816	5.866
 Premissas atuariais:		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	9,30% a.a.	6,54% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	3,75% a.a.	6,35% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	4,27% a.a.	4,28% a.a.
Índice estimado de inflação	3,75% a.a.	3,25% a.a.
 Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo
Tábua Biométrica de entrada em invalidez	Tábua "Mercer"	Tábua "Mercer"
Taxa de rotatividade esperada	0,31/ (tempo de serviço+1)	0,31/ (tempo de serviço +1)
 Probabilidade de ingresso em aposentadoria	10% na 1ª data de elegibilidade à aposentadoria antecipada; 3% entre a 1ª elegibilidade à aposentadoria antecipada e normal; 100% na data de elegibilidade à aposentadoria normal.	

Análise de Sensibilidade

O valor presente da obrigação atuarial é sensível a variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial (10,00% a.a.):

Valor Presente das Obrigações	Análise de Sensibilidade	
	2021	2020
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	833	1.107
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	(813)	(1.076)

b. Plano de Saúde

Até novembro de 2017 o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributário, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos das normas vigentes. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

Descrição	Plano de Saúde	
	2021	2020
Passivo (Ativo) atuarial líquido	13.155	13.979
Total	13.155	13.979
Premissas atuariais/Hipóteses Atuariais		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	9,38% a.a.	7,17% a.a.
Índice estimado de inflação	3,75% a.a.	3,25% a.a.
Tábua Biométrica de Rotatividade	Até 9 anos SVC: 0,5/(Tempo de Serviço +1) A partir de 10 anos SVC: 0,075/(Tempo de Serviço) +1	0,15 / (Tempo de Serviço) + 1
Tábua biométrica de entrada em aposentadoria	55 anos	55 anos
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%	AT-2000 segregada por sexo e desagravada em 10%
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	Decrescendo de 7,90% a.a a 4,79% a.a	Decrescendo de 7,90% a.a a 4,28% a.a
Correção da Contribuição do Participante	Inflação (HCCTR)	Inflação (HCCTR)
Correção do Custo do Plano	Inflação (HCCTR) + Aging Factor	Inflação (HCCTR) + Aging Factor
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%
Fator de Idade (Aging Factor)	3,00% (por ano - idade)	3,00% (por ano - idade)
Composição Familiar - Ativos	90% Casados	90% Casados
Diferença de Idade Titular/Cônjugue	4 anos	4 anos
Composição Familiar Aposentados	Família Real	Família Real

29 Outras divulgações

a. Ativos dados em garantia

Os montantes de ativos financeiros dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordadas com outros bancos ou clientes e para os depósitos de margem de garantia das operações do SMBCB na B3 S.A. – Brasil. Bolsa. Balcão correspondem a:

	2021	2020
Margem para operações da B3 S.A. – Brasil. Bolsa. Balcão	523.705	235.914
Outros ativos dados em garantia - garantia de fiança	11.566	209.546
	535.271	445.460

b. Operações relevantes de clientes

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do SMBCB em 2021 e 2020.

30 Gestão de riscos

O SMBCB busca constantemente avaliar e aperfeiçoar sua estrutura de gerenciamento de riscos, influenciando na sua cultura e no seu modo de atuação. Tal prática é fundamentada em procedimentos, métodos e técnicas padronizadas e objetivas para monitorar, mensurar, mitigar e reportar as exposições aos riscos de qualquer natureza nas diversas atividades e processos desenvolvidos, produtos ou serviços oferecidos, de forma a apoiar o contínuo desenvolvimento sustentado de suas atividades.

Para SMBCB, os princípios de prudência e ética estão sempre presentes nas políticas, Normas, procedimentos e metas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado e avaliado. Promove ainda o aculturamento dos funcionários em todos os níveis hierárquicos.

A Estrutura de Gestão de Riscos do SMBCB possui políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo órgão regulador.

(i) Metodologia de gerenciamento de riscos

O SMBCB aborda o gerenciamento de riscos inerentes às suas atividades dentro de um processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dos negócios e minimizar os riscos que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

A metodologia de gerenciamento de riscos está adequada ao perfil de atividades do SMBCB, valendo destacar também que as estruturas de Compliance e Auditoria Interna são elementos importantes no aprimoramento da metodologia.

A estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados à Diretoria.

(ii) O apetite ao risco

O apetite aos riscos determina o desejo do SMBCB em assumir riscos para atingir seus objetivos versus o potencial de retorno. Este apetite é influenciado por diversos fatores, internos e externos, e determinado pela Diretoria do Banco, alinhada à sua estratégia corporativa.

O processo de acompanhamento dos riscos é corporativo, sendo considerado desde o processo de planejamento orçamentário do SMBCB. O apetite aos riscos é continuamente reavaliado, de acordo com as mudanças ocorridas no ambiente - tanto por mudanças internas quanto de mercado.

O SMBCB caracteriza-se por seu perfil bastante conservador, apresentando o comprometimento da estrutura de governança na definição e monitoramento constante do apetite aos riscos adotados.

(iii) Risco de Mercado

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas pelo SMBCB.

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração dos riscos de mercado e liquidez no SMBCB, bem como atender aos dispositivos das normas vigentes, o gerenciamento de risco de mercado envolve diversas áreas, que possuem atribuições específicas no processo, garantindo uma estrutura eficiente na mensuração e controle do risco de mercado.

A Diretoria aprovou a Política de Gestão de Riscos de Mercado, cuja revisão é realizada no mínimo anualmente, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado e liquidez.

O perfil de exposição a risco de mercado do SMBCB é bastante conservador, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente por uma unidade independente de risco.

A estrutura de limites do SMBCB é definida pela área de riscos da sua matriz, levando em consideração o perfil de atuação do Banco no país.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente da Tesouraria (unidade de negócio) e responsável pela produção de relatórios de controle de limites estabelecidos, monitoramento de ações definidas quanto as posições e suporte a revisão e aprovação de produtos de forma a verificar aderência às políticas institucionais de risco.

Os limites utilizados para controle de Risco de Mercado são revisados anualmente. São utilizadas as seguintes metodologias de mensuração de risco de mercado e limites de controle: exposição em moeda estrangeira (FX), “Stop Loss” (metodologia que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor), e sensibilidade a alterações na estrutura a termo das taxas de juros, BPV (metodologia de mensuração do risco de mercado que verifica a alteração de valor a mercado das posições após choque de 0,01% - um *basis point* - nas taxas de juros).

Adicionalmente, são produzidos relatórios de Testes de Estresse e informes de capital regulatório (IRRBB – capital regulatório para taxa de juros na carteira Bancária, Capital Regulatório para carteira de Negociação), de acordo com os requerimentos do Banco Central do Brasil (Bacen);

A gestão de risco de mercado segue a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 4.557 e Circular BACEN 3.354.

Buscando o enquadramento das exposições nos limites definidos, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A realiza hedge de exposições na carteira de negociação, oriundas de operações com clientes, majoritariamente através da utilização de Derivativos.

(iv) Risco Operacional

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo SMBCB, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo SMBCB.

a. Plano de continuidade de negócios

O SMBCB, de forma a estar preparado a minimizar os impactos financeiros, Operacionais, legais e regulatórios ocasionados pela indisponibilidade de acesso físico e lógico, prover aos seus clientes os produtos e serviços essenciais, bem como prestar as informações requeridas pelos órgãos oficiais e representantes no exterior, tem estabelecido um Plano de Continuidade dos Negócios (PCN), com o objetivo de estabelecer e implantar meios/mecanismos para proteger a integridade física das pessoas e assegurar a continuidade dos negócios críticos do Banco, frente a eventos/incidentes que possam gerar interrupções/indisponibilidades, tais como, mas não limitados a: incêndio, explosões, ameaça de bombas, greves, distúrbios sociais, interrupção do fornecimento de energia elétrica e falhas nos sistemas críticos ou na infraestrutura de tecnologia e suporte do Banco.

b. Gestão consolidada dos eventos de risco operacional

O Banco Sumitomo possui um banco de dados, cujo principal objetivo é auxiliar o sistema de apoio à decisão, armazenando diferentes tipos de dados de risco operacional numa única estrutura, facilitando qualquer tipo de análise (quantitativa e/ou qualitativa) que possa ser realizada usando todos os dados sobre risco operacional disponível. Os eventos de risco operacional são então revisados, analisados e monitorados a fim de melhorar os procedimentos operacionais e desenvolver dados históricos de perda.

As diretrizes para a quantificação do impacto do risco operacional seguem uma abordagem simples e linear para facilitar a integração numa única medida de risco. Neste cenário, o composto de impacto versus probabilidade de ocorrência versus frequência de ocorrência é capaz de medir o grau de severidade de um evento de risco operacional.

A unidade de Gerenciamento de Risco Operacional segue um ciclo contínuo que aborda a apresentação dos eventos ocorridos no SMBCB, reporte das ações mitigatórias tomadas, acompanhamento dessas ações e nova análise para aferição dos resultados.

Os relatórios gerenciais produzidos pela unidade de Gerenciamento de Risco Operacional são reportados mensalmente através do Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional.

(v) Risco de Crédito

a. Introdução ao tratamento do risco de crédito

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Nos termos da norma vigente, o SMBCB possui um departamento único responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado e liquidez. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo SMBCB, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do SMBCB.

Na estrutura organizacional do SMBCB, a função de monitoramento de riscos é representada por uma diretoria independente da área de negócios e auditoria, sendo fundamental para que se tenha uma visão e controle independentes de risco.

A Diretoria do SMBCB é responsável por prover os recursos necessários para a efetiva gestão dos riscos e pelo acompanhamento das atividades inerentes a essa gestão. Os relatórios periódicos, bem como as diretrizes adotadas pela Área de Gestão do Risco de Crédito são avaliados e aprovados pela Diretoria do SMBCB.

Exposição máxima ao risco de crédito

	2021	2020
Risco de crédito relativo a ativos registrados no balanço patrimonial:		
atender	1.647.780	1.846.371
Aplicações em operações compromissadas	910.312	2.142.099
Aplicações em depósitos interfinanceiros	783.676	714.074
Empréstimos e recebíveis de clientes	<u>3.067.747</u>	<u>2.850.707</u>
	<u><u>6.409.515</u></u>	<u><u>7.553.251</u></u>
Risco de crédito relativo a operações não registradas no balanço patrimonial (<i>off balance</i>):		
Operações de créditos contratados a liberar	28.500	16.530
Garantias prestadas	<u>2.317.310</u>	<u>2.258.264</u>
	<u><u>2.345.810</u></u>	<u><u>2.274.794</u></u>
	<u><u>8.755.325</u></u>	<u><u>9.828.045</u></u>

b. Ciclo de risco de crédito

O SMBCB possui controle sobre a posição corrente e sobre a potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. O risco de crédito de contraparte consiste na possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas ao SMBCB. Toda exposição ao risco e desempenho da contraparte é analisada no processo de concessão de limite de crédito, fazendo parte dos limites gerais de créditos concedidos aos clientes.

c. Medidas e ferramentas de mensuração

c.1 Classificações de qualidade de crédito (ferramentas de rating)

O SMBCB possui políticas e procedimentos para concessão de crédito aprovados por um Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do SMBCB. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do *obligor grade (grading)* do cliente, considerando os seguintes aspectos:

- **Quantitativos:** os saldos dos balanços patrimoniais, demonstrações de resultados e fluxos de caixa são inseridos no sistema GBR, o qual realiza, automaticamente. (i) análise de balanço, levando em consideração diversos parâmetros, tais como evolução das vendas líquidas, EBITDA e respectiva margem, Lucratividade, evolução do Patrimônio Líquido e total de Ativos, relação Dívida Bruta com Patrimônio Líquido e com EBITDA e relação Patrimônio Líquido com Total de Ativos, entre outros parâmetros, e (ii) atribuição do obligor grade.
- **Qualitativos:** são levados em consideração aspectos gerais do cliente, tais como posição de mercado, gerenciamento da empresa, confiabilidade dos números, pontualidade e atrasos nos pagamentos, limites de crédito e garantias, entre outros fatores, por intermédio de consultas em associações de classes.

Todas as operações de crédito, independentemente de seu valor e segmento de mercado do tomador de crédito, são analisadas conforme os critérios adotados pelo SMBCB e classificadas de acordo com o seu *facility grade* (*grading* do produto).

Essa classificação é revisada e ajustada pela Área de Gerenciamento de Riscos de acordo com os atrasos verificados nos pagamentos.

O *facility grade* segue o mesmo princípio do *obligor grade* e o valor atribuído a esse *grading* tem de ser igual ao *obligor grade*, quando não há garantias atreladas ao empréstimo, ou melhor ao *obligor grade*, quando a operação possui alguma forma de garantia.

Cada tipo de *obligor grade* tem uma classificação de 1 a 18, conforme demonstrado a seguir:

Obligor grade	Categoria
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	Devedor normal
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	Devedor que requer atenção
16	
17	Devedor potencialmente falido
18	Devedor falido

As categorias demonstradas acima podem ser assim descritas:

- **Devedor Normal** - devedor que demonstra um bom desempenho de negócios e cuja posição financeira é considerada como sem problema específico;
- **Devedor que Requer Atenção** - devedor que precisa ser monitorado, com especial atenção, sendo:
 - Devedor que apresenta problemas em suas operações de crédito, como redução, perdão ou suspensão do pagamento de juros;
 - Devedor com desempenho problemático em relação a suas operações de crédito, como atraso virtual no pagamento de valor principal e de juros; ou
 - Devedor com desempenho nos negócios fraco ou instável, ou com posição financeira problemática.

- **Devedor Potencialmente Falido** - devedor considerado com alta possibilidade de falir no futuro devido a dificuldades de gestão e progresso insatisfatório nas melhorias do negócio (incluindo dificuldade na obtenção de apoio financeiro de instituições financeiras). Devedores nessa categoria geralmente têm, por exemplo, as seguintes características:
 - Patrimônio líquido negativo, embora ainda esteja em operação;
 - Desempenho de negócios extremamente pobre;
 - Preocupação em relação ao recebimento dos valores de principal e juros e, portanto, há alta possibilidade de ocorrência de perdas para o SMBCB; ou
 - Alta possibilidade de falência no futuro;
- **Devedor Falido** - o devedor está legalmente ou formalmente falido.

c.2 Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento para garantia da recuperação do crédito, sendo sua avaliação feita individualmente para cada cliente com base em regras rigorosas da Matriz.

Desta forma a definição dos mitigadores de risco de crédito é efetuada individualmente, quando da concessão de crédito, considerando a capacidade de pagamento através da análise do fluxo e caixa, entendimento das condições potenciais e reais de negócios.

Em razão do foco de negócio do SMBCB, as garantias estão em sua maioria baseadas em emissões de cartas de garantias das matrizes, cobrindo o risco comercial de suas filiais no Brasil.

A avaliação da eficiência destes instrumentos é realizada periodicamente, com o intuito de assegurar sua liquidez e suficiência (margem de cobertura).

- **Liquidez**
Ou seja, a capacidade de conversão da garantia em moeda. Nesse sentido, as garantias podem ser mais ou menos líquidas impactando no preço de conversão em moeda.
- **Margem de Cobertura**
É a relação percentual entre o valor da garantia e o valor da dívida. Deve-se levar em conta, além do custo do dinheiro, a liquidez da garantia, ou seja, a sua maior ou menor conversibilidade.

É a relação percentual entre o valor da garantia e o valor da dívida. Deve-se levar em conta, além do custo do dinheiro, a liquidez da garantia, ou seja, a sua maior ou menor conversibilidade.

c.3 Distribuição do risco de crédito

O SMBCB tem sua política de negócios voltada ao mercado de crédito, atendendo a necessidade de filiais de empresas japonesas no Brasil, multinacionais de grande porte e os grandes conglomerados nacionais.

d. Risco de Liquidez

Risco de liquidez abrange o risco de *funding* e o risco do produto ou mercado. Risco de liquidez de *funding* é a incerteza de que o SMBCB Sumitomo será capaz de cumprir suas necessidades de *funding* ou de compensar seus descasamentos de taxas e de vencimentos. Risco de liquidez de mercado é a incerteza de que o SMBCB não conseguirá liquidar ou compensar suas posições eficientemente, ou seja, a preços razoáveis.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que o SMBCB Sumitomo possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

A política global de Gerenciamento de Riscos de Liquidez é estabelecida pela matriz do SMBCB Sumitomo e aprovada pela Diretoria, e está amparada por três pilares:

- Gerenciamento do Money Gap (necessidade de *funding* dentro de certo período de tempo);
- Estabelecimento do plano de contingência; e
- Recursos suplementares de emergência para liquidez.

Essa política tem como objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam ao SMBCB Sumitomo o estabelecimento de fundo de liquidez suplementar, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira independente à área de gestão (Departamento de Tesouraria). A área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez, revisão de política, Normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

31 de dezembro de 2021						
Em milhares de Reais						
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	3 a 5 anos	Após 5 anos
Ativo:						
Caixa e equivalentes de caixa	595.296	946.511	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	585.354	405.792	1.187.300	-	-
Aplicações em operações compromissadas	-	910.312	-	-	-	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	36.198	423.377	360.299	-	-
Operações de crédito	-	177.200	2.120.537	770.010	-	-
Total do ativo	595.296	2.655.575	2.949.706	2.317.609	-	8.518.186
Passivo:						
Instrumentos financeiros derivativos	-	(17.621)	33.697	21.306	-	-
Depósitos de clientes	147.287	79.548	893.473	551.487	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	2.275.822	1.457.943	-	-
Total do passivo	147.287	61.927	3.204.199	2.030.736	-	5.442.942
Diferença (ativo e passivo)	448.009	2.593.648	(253.286)	286.873	-	3.075.244

31 de dezembro de 2020							
Em milhares de Reais							
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total
Ativo:							
Caixa e equivalentes de caixa	2.297.818	-	-	-	-	-	2.297.818
Títulos e valores mobiliários	-	540.215	344.300	961.856	-	-	1.846.371
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	51.889	420.325	241.860	-	-	714.074
Operações de crédito	-	714.560	1.007.038	1.129.109	-	-	2.850.707
Total do ativo	2.297.818	1.306.664	1.771.663	2.332.825	-	-	7.708.970
Passivo:							
Instrumentos financeiros derivativos	-	(19.541)	50.365	10.461	-	-	41.285
Depósitos de clientes	119.296	516.735	974.014	693.480	-	-	2.303.525
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	1.602.897	1.770.689	-	-	3.373.586
Total do passivo	119.296	497.194	2.627.276	2.474.630	-	-	5.718.396
Diferença (ativo e passivo)	2.178.522	809.470	(855.613)	(141.805)	-	-	1.990.574

31 Reconciliação entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e as normas internacionais de contabilidade (IFRS)

a. Reconciliação das diferenças entre BR GAAP e IFRS em 31 de dezembro de 2021 e 2020

	Notas	2021	2020
Patrimônio Líquido - BRGAAP		<u>1.949.867</u>	<u>1.840.429</u>
Ajuste - Câmbio	b.1	(60)	502
Ajuste - Provisão para perdas de crédito	b.2	7.774	5.480
Ajuste - Arrendamentos	b.3	(215)	(187)
Ajuste – Reversão de ajuste a valor justo	b.4	331	-
Ajuste - Impostos diferidos	b.5	(3.524)	(2.692)
Patrimônio Líquido - IFRS		<u>1.954.173</u>	<u>1.843.532</u>

	2021	2020
Resultado - BRGAAP	<u>156.046</u>	<u>45.457</u>
Ajuste - Câmbio	b.1	(563)
Ajuste - Provisão para perdas de crédito	b.2	2.294
Ajuste - Arrendamentos	b.3	(28)
Ajuste - Impostos diferidos	b.5	(832)
Resultado - IFRS	<u>156.917</u>	<u>46.058</u>

b. Sumário das principais diferenças entre BR GAAP e IFRS

b.1 Câmbio

Em BRGAAP as operações denominadas em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da entidade (Real) por meio da utilização da cotação "PTAX 800" (média praticada no dia), conforme determinam as regras do SMBCB Central do Brasil. De acordo com o IAS 21, as operações em moeda estrangeira devem ser convertidas para a moeda funcional da entidade nas datas de fechamento de balanço a partir da utilização das taxas de fechamento de compra (para ativos em moeda estrangeira) e venda (para passivos em moeda estrangeira).

A diferença na taxa de conversão de operações em moeda estrangeira gera ajuste de critério contábil.

b.2 Provisão para perdas de crédito

No BRGAAP, o SMBCB efetua provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre operações de crédito, baseado nas premissas da Resolução nº 2.682 do CMN.

No IFRS é constituída uma provisão para perdas esperadas de crédito para todos os ativos financeiros classificados nas categorias Custo Amortizado e Valor Justo, conforme metodologia descrita com detalhes na nota explicativa nº 3(c) e desenvolvida para atendimento ao IFRS 9

As diferenças entre normas do BRGAAP e IFRS resultaram em valores distintos de provisão para perdas de crédito e em consequência o ajuste foi reconhecido.

b.3 Arrendamentos

Com a adoção do IFRS 16 a partir de 01 de janeiro de 2019, o SMBCB passou a registrar contabilmente os contratos de arrendamento em que é arrendatário através do reconhecimento de ativos de direito de uso na rubrica de Ativos Tangíveis e de obrigações de pagamentos futuros relacionados aos contratos na rubrica de Outros Passivos (mensurando-os ao valor presente, descontados com a utilização da taxa incremental sobre empréstimo).

A nova prática contábil do IFRS difere substancialmente da prática contábil estabelecida no BRGAAP para o tratamento desses contratos de arrendamento, que não prevê o reconhecimento de ativos e passivos, mas apenas o registro das despesas de aluguel à medida em que os pagamentos são devidos).

b.4 Reversão de ajuste a valor justo

Os títulos e valores mobiliários são classificados e mensurados de acordo com os requerimentos estabelecidos na Circular nº 3.068/01 do BACEN. A classificação é realizada com base na intenção da instituição em relação a esses ativos (negociação, disponível para venda e mantidos até o vencimento).

No IFRS, de acordo com os requerimentos estabelecidos no IFRS 9, a classificação (e consequentemente a mensuração) de qualquer ativo financeiro deve ser realizada com base nas características de fluxo de caixa do ativo e no modelo de negócio utilizado pela instituição no gerenciamento do ativo (modelo esse que deve ser observado na prática).

Essas diferentes formas de classificação fizeram com que alguns títulos e valores mobiliários também fossem mensurados de formas diferentes entre BRGAAP e IFRS (ativos mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes no BRGAAP são mensurados ao custo amortizado no IFRS), gerando o ajuste de critério contábil demonstrado (reversão do ajuste ao valor justo registrado no patrimônio líquido do balanço patrimonial em BRGAAP).

b.5 Efeito fiscal sobre os ajustes de IFRS

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis, exceto para impostos diferidos originados de reconhecimento inicial de ágios, reconhecimento inicial de um passivo originado ou ativo adquirido que não se qualifica como uma combinação de negócios e que na data da transação não afeta o resultado e não afeta o lucro (ou perda) para fins fiscais.

Os ajustes de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos calculados sobre os ajustes de IFRS foram refletidos na reconciliação.

32 Outros assuntos

Desde o início de janeiro de 2020, os mercados financeiros globais monitoram e reagem à epidemia de Covid-19. A Administração do SMBCB entende que não haverá impacto financeiro nas demonstrações financeiras do SMBCB em 31 de dezembro de 2021 como resultado deste evento subsequente e está monitorando os desenvolvimentos relacionados ao coronavírus e coordenando sua resposta operacional com base nos planos de continuidade de negócios existentes e nas orientações das autoridades de saúde brasileira e seguindo as melhores práticas gerais de resposta à pandemia, não havendo assim impactos na capacidade operacional do SMBCB. Vale ressaltar que até o presente momento, não houve impacto significativo nas operações, dado a seleção criteriosa da carteira de clientes.

Em nosso melhor entendimento, a Administração conclui que, baseado na adequação de nossa base contábil de continuidade operacional bem como em nossos controles internos, não há em 31 de dezembro de 2021 incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do SMBCB.

Todavia, em caso de eventos ou condições adversas futuras que coloquem em risco a continuidade operacional do SMBCB, a Administração fará as apropriadas divulgações nas demonstrações financeiras, sempre antecipando e alinhando tais fatos junto aos nossos auditores externos e regulador.